

BC pode impor restrições ao BRB se aporte não ocorrer até 31 de março

A divulgação do balanço do Banco de Brasília, prevista para 31 de março, tornou-se o marco para a definição das próximas ações do Banco Central do Brasil em relação à instituição. Caso não haja recomposição patrimonial até essa data, a autoridade monetária poderá aplicar medidas prudenciais previstas na Resolução 4019, de 2011, que impõe restrições operacionais a instituições financeiras com indicadores fragilizados. Entre as limitações possíveis estão impedimentos à abertura de novas agências, restrições à expansão de negócios, limites a determinadas operações de crédito, vedação ao pagamento de dividendos e obstáculos à concessão de benefícios a administradores. A medida é considerada etapa anterior a intervenções mais severas, como intervenção ou liquidação, em cenários extremos. A necessidade de capital adicional decorre das operações realizadas com o Banco Master, que envolveram a aquisição de R\$ 12,2 bilhões em créditos posteriormente classificados como problemáticos. Investigações conduzidas pelo Banco Central e pela Polícia Federal apontaram irregularidades nesses ativos.

O valor exato do impacto no patrimônio do BRB ainda não foi oficialmente fechado, mas estimativas indicam cifra superior a R\$ 5 bilhões, podendo alcançar R\$ 9 bilhões, segundo relatos de pessoas próximas às apurações. Para enfrentar o desequilíbrio, o Governo do Distrito Federal, controlador do banco, analisa alternativas como venda de imóveis, criação de fundo imobiliário lastreado nesses ativos e busca de empréstimos junto ao Fundo Garantidor de Créditos e a instituições privadas, com garantias imobiliárias. As propostas foram apresentadas ao Banco Central e dependem de autorização da Câmara Legislativa do DF. Paralelamente, o BRB intensificou a venda de carteiras de crédito para reforçar a liquidez, incluindo operações de consignado e antecipação de saque-FGTS. Contudo, a alienação de ativos não eleva o capital do banco, apenas converte ativos em caixa, podendo gerar perdas adicionais caso ocorram com deságio. A recomposição efetiva dos índices prudenciais, como o de Basileia, depende de recursos novos aportados pelo controlador.

Anne Karole Fontenelle

ESPAÇO OAB - CAAMA - Advogada. Procuradora do Município de São Luís desde 2006. Conselheira Estadual da OABMA. Presidente da ANPM (Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais)



Vinte anos como advogada da minha cidade, São Luís do Maranhão!

Há vinte anos, ingressei na Procuradoria-Geral do Município de São Luís por meio de concurso público. Escolhi ser advogada pública e essa escolha definiu minha trajetória profissional e institucional. Tenho orgulho de servir à cidade onde nasci, cresci e construí (construo) minha história. São Luís do Maranhão, com sua riqueza histórica, cultural e institucional, não é apenas o espaço onde exerço minha função: é parte da minha identidade. Defender juridicamente o Município é também uma forma de cuidar da cidade que amo. Ao longo dessas duas décadas, exerci por mais de 14 anos a

chefia da Procuradoria Fiscal. Nesse período, participei da consolidação da inscrição em dívida ativa no âmbito da PGM e da modernização da cobrança e da administração tributária municipal. Quando iniciei essa caminhada, a estrutura ainda demandava organização e sistematização. Com trabalho técnico, diálogo institucional e compromisso público, contribuímos para estruturar procedimentos, aprimorar fluxos e fortalecer a atuação fazendária do Município. A advocacia pública municipal é uma função estruturante do Estado. Ela assessoria juridicamente o gestor, oferece segurança às decisões administrativas, consolida

políticas públicas e contribui diretamente para a efetivação dos direitos fundamentais. Trata-se de uma atuação muitas vezes discreta, mas essencial para que a ação governamental se desenvolva com legalidade, eficiência e responsabilidade. Nesse percurso, construí amizades sólidas não apenas na Procuradoria, mas em diversos setores da administração municipal. A vida institucional é feita de pessoas, essa verdade sempre norteou meus atos, e são elas que tornam possível qualquer avanço. Sempre valorizei a política institucional como instrumento legítimo de fortalecimento da carreira e da própria

advocacia pública. Fui presidente da associação local, sou conselheira estadual da OAB e, atualmente, presido a Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais (ANPM). Cada uma dessas funções representa continuidade de um mesmo compromisso: qualificar, valorizar e dar dimensão nacional à advocacia, em especial à pública municipal. Vinte anos depois, sigo advogada da cidade. Com mais experiência, maior responsabilidade e a mesma convicção. Servir a São Luís é uma honra que renovo todos os dias.

Ministro André Mendonça devolve à CPMI dados sigilosos de Vorcaro

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), restabeleceu nessa sexta-feira (20) o acesso da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS aos dados da quebra de sigilo telemático, bancário e telefônico do banqueiro Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master. A decisão atende a pedido da CPMI e reverte a determinação anterior do ministro Dias Toffoli, que havia retirado o material da comissão e concentrado sua guarda na presidência do Senado. Além de devolver os dados à CPMI, Mendonça determinou que todo o material seja encaminhado à Polícia Federal, responsável pela investigação das suspeitas de fraudes envolvendo empréstimos consignados e descontos irregulares em benefícios previdenciários. Após a análise, a PF deverá compartilhar as informações com a comissão parlamentar, reforçando a integração entre as frentes



O ministro André Mendonça restabeleceu o acesso da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS aos dados da quebra de sigilo telemático, bancário e telefônico do banqueiro Daniel Vorcaro

investigativas. Na véspera, o ministro já havia autorizado a retomada de perícias e diligências interrompidas no caso, além

de liberar o compartilhamento interno de dados dentro da PF para acelerar os trabalhos técnicos. A mudança de condução ocorre uma semana

após Mendonça assumir a relatoria do inquérito no STF, marcando uma inflexão no tratamento do acesso às provas e no ritmo das investigações.

Suprema Corte barra tarifas globais de Trump e impõe limite ao poder presidencial

A Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu nessa sexta-feira (20) derrubar as tarifas globais impostas pelo presidente Donald Trump sobre produtos importados. Por seis votos a três, o tribunal manteve a decisão de uma instância inferior que considerou que o presidente extrapolou sua autoridade ao recorrer à Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA). Para a maioria dos ministros, a interpretação adotada pelo governo Trump permitiria uma interferência indevida do Executivo nas prerrogativas do Congresso, violando a chamada "doutrina das questões importantes". Esse entendimento exige autorização clara do Legislativo para medidas de grande impacto econômico e

político, critério que, segundo a Corte, não foi atendido no caso das tarifas. No voto condutor, o presidente do tribunal, John Roberts, afirmou que Trump não conseguiu apontar base legal explícita que sustentasse o poder de impor tarifas de forma unilateral. A Suprema Corte já havia utilizado a mesma doutrina para barrar iniciativas relevantes do Executivo durante o governo de Joe Biden. A decisão foi tomada após ações judiciais movidas por empresas afetadas e por 12 estados norte-americanos, que contestaram o uso inédito da IEEPA para a criação de impostos de importação sem aval do Congresso. O julgamento marca um limite institucional à atuação do presidente em

matéria comercial. No Brasil, os efeitos do tarifaço ainda se refletem nos dados recentes do comércio bilateral. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, as exportações brasileiras para os Estados Unidos caíram 6,6% em 2025, enquanto as importações cresceram 11,3%, resultando em déficit de US\$ 7,53 bilhões. Apesar da retirada, em novembro de 2025, de uma tarifa adicional de 40% sobre alguns produtos, cerca de 22% das exportações brasileiras ao mercado norte-americano seguem sujeitas às tarifas anunciadas em julho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUTAPERA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CP-003-2026 Processo Administrativo Nº 006/2026.

A Prefeitura Municipal de Carutapera - MA, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público que realizará o Processo Licitatório, cujo Objeto Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia, destinada à urbanização da Avenida Padre Mário Racca, localizada na zona urbana do Município de Carutapera - MA. DATA DE ABERTURA: 09/03/2026. HORÁRIO: 10:00 horas. BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital na Praça Pe. Augusto Mozet, nº 400, Centro Carutapera - Maranhão - Centro - Cep.: 65.295-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.903.553/0001-30, de 2ª. a 6ª. feira, das 08h00 às 12h00, mais informações pelo e-mail: cpl.pmcarutapera11@gmail.com.

Carutapera - MA, 20 de fevereiro de 2026.

Clarivaldo Dias da Silva Coelho
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUTAPERA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CP-002-2026 Processo Administrativo Nº 005/2026.

A Prefeitura Municipal de Carutapera - MA, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público que realizará o Processo Licitatório, cujo Objeto Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia destinada à construção do Centro de Saúde Suzete de Oliveira Borges - UBS PORTE II, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Carutapera - MA. DATA DE ABERTURA: 06/03/2026. HORÁRIO: 10:00 horas. BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital na Praça Pe. Augusto Mozet, nº 400, Centro Carutapera - Maranhão - Centro - Cep.: 65.295-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.903.553/0001-30, de 2ª. a 6ª. feira, das 08h00 às 12h00, mais informações pelo e-mail: cpl.pmcarutapera11@gmail.com.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUTAPERA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CP-001-2026 Processo Administrativo Nº 004/2026.

A Prefeitura Municipal de Carutapera - MA, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público que realizará o Processo Licitatório, cujo Objeto Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia visando à construção do Centro Comunitário do Povoador Pimentinha, localizado na Zona Rural do Município de Carutapera - MA.

DATA DE ABERTURA: 05/03/2026. HORÁRIO: 10:00 horas.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital na Praça Pe. Augusto Mozet, nº 400, Centro Carutapera - Maranhão - Centro - Cep.: 65.295-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.903.553/0001-30, de 2ª. a 6ª. feira, das 08h00 às 12h00, mais informações pelo e-mail: cpl.pmcarutapera11@gmail.com.

Dez ministros de áreas econômicas vão deixar cargos e disputar eleições

Dez ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva que comandam áreas estratégicas da economia e da infraestrutura se preparam para deixar seus cargos para disputar as eleições, conforme exigência da Justiça Eleitoral de desincompatibilização até abril. Segundo apuração da CNN, nas pastas econômicas, apenas Luiz Marinho e Esther Dweck devem permanecer no governo. No núcleo econômico,

Fernando Haddad e Simone Tebet devem deixar o Executivo. Haddad avalia, com o presidente, se disputará cargo eletivo ou atuará apenas na campanha, enquanto Tebet tende a concorrer ao Senado. Também estão previstas saídas em áreas de infraestrutura, com Renan Filho mirando o governo de Alagoas, Silvano Costa Filho o Senado em Pernambuco e Jader Filho uma vaga na Câmara pelo Pará. O futuro de Alexandre Silveira

segue indefinido e deve ser tratado em reunião com Lula, já que o ministro é considerado peça relevante no cenário político de Minas Gerais. Na área agrícola, Carlos Fávaro deixará o cargo para disputar o Senado por Mato Grosso, enquanto Paulo Teixeira deve concorrer à Câmara em São Paulo, abrindo espaço para uma possível reorganização envolvendo o PSD. Outros ministros também se articulam para o pleito.

Geraldo Alckmin deve deixar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, ainda sem definição de destino eleitoral, enquanto Márcio França avalia disputar o governo paulista ou o Senado. Já Wolney Queiroz planeja concorrer à Câmara, aguardando alinhamento final com o presidente. (Com informações da CNN).